



SECRETÁRIO DE ESTADO DAS INFRAESTRUTURAS

ABERTURA CONFERÊNCIA AMT: Regulação e Mobilidade que futuro?

(Saudações iniciais)

Quero saudar a AMT por esta iniciativa, que não sendo sua obrigação formal é por certo uma iniciativa de enorme interesse, que diz bem da forma como a AMT olha para si própria e para a importante interpretação que faz do seu papel.

Um papel que está muito para lá da sua função natural de regulador. Um papel enquanto agente participativo, de forma transversal, neste importante ecossistema que é a mobilidade. E, ainda que mantendo sempre a sua genética independência, percebe que é fundamental aproximar-se dos cidadãos, dos operadores, dos diversos agentes dos sistemas de mobilidade, do meio científico, do poder político.... ou seja, de um colectivo onde hoje mais do que nunca todos temos um contributo a dar.

Discutir no presente os desafios do futuro é algo que sempre temos de fazer e que se torna ainda mais essencial em tempos de incerteza como aquele em que vivemos.

No documento de divulgação desta conferência, e do propósito dos seus conteúdos, a presidente da AMT escreve em determinada altura que uma das missões de interesse público da AMT é, e cito *“promover e defender o paradigma de uma mobilidade eficiente, inclusiva e sustentável.”* E acrescenta

ainda que, e cito de novo, *“Esta nova mobilidade constitui, na nossa perspetiva, um novo direito de cidadania, equiparável a um direito fundamental.”*

Cara Presidente, não posso estar mais de acordo!

A mobilidade e os transportes são, de facto, um pilar cada vez mais essencial nas nossas vidas. E conseguir que essa mobilidade seja sustentável e acessível nas mesmas condições a todos os cidadãos é um desafio ainda maior.

Como governantes, a nossa missão é garantir que essa mobilidade existe para todos e da mesma forma. Porque a mobilidade é, como diz, um novo direito de cidadania, eu diria ainda que é também sinónimo de liberdade.

Já o disse uma vez e vou aqui repetir.

Estou convencido que se Sérgio Godinho tivesse escrito hoje a sua canção de título “Liberdade” ela seria diferente. Porque à ideia transmitida nessa canção de que, como ele diz: “Só há liberdade a sério quando houver/ A paz, o pão habitação/ saúde, educação”, hoje faz todo o sentido acrescentarmos: mobilidade. Talvez a introdução desta palavra gere dificuldades com a rima, mas o artista é o Sérgio Godinho e esse desafio deixo-o para ele.

A verdade é que só é livre o cidadão a quem o Estado dá todas as condições para chegar ao trabalho a horas, para deixar os filhos na escola sem atrasos, para aceder a um hospital a tempo de receber os tratamentos adequados. E isso leva-nos ao desafio seguinte: ter transportes eficientes e infraestruturas em condições de dar resposta às necessidades de cada um de nós.

Mas este desafio, difícil, é um desafio virtuoso.

É um desafio virtuoso porque para lá da resolução do problema que se acaba de enunciar, traz consigo o contributo para a resolução de outros problemas e para a melhoria da nossa vida. Porquê? Porque a eficácia na mobilidade, nos termos em que hoje se desenha, traz otimização de recursos e por isso menos consumos, e traz ainda a utilização de recursos movidos por fontes energéticas mais amigas do ambiente. Se queremos, e queremos, aspirar a cumprir as metas

do acordo de Paris temos mesmo de fazer esta transformação, num setor que, pela negativa, tanto contribui para a pegada ambiental.

É um desafio virtuoso, porque eficácia na mobilidade é economia de tempo, seja nas deslocações das pessoas, seja no transporte de bens, sendo ambos factores de incremento de competitividade económica.

É um desafio virtuoso, porque economia de tempo nos transportes é ganho de qualidade de vida, valor fundamental numa sociedade que se quer moderna e onde valha a pena viver.

Sim: ter transportes eficientes e infraestruturas em condições de dar resposta às necessidades de cada um de nós é um desafio a que este Governo, a que qualquer governo, tem de dar resposta.

Minhas senhoras e meus senhores,

Foi com este desígnio em mente que o Governo avançou para a elaboração de dois documentos que são estruturantes para o nosso futuro enquanto País: o Programa de Recuperação e Resiliência e o Programa Nacional de Investimentos 2030.

No momento difícil que vivemos em todo o mundo, cumpre aos Estados dinamizar a economia, através do investimento público. Investimentos com capacidade reprodutiva, seja ao nível do investimento na ferrovia, nas ligações às áreas empresariais, na melhoria da eficiência energética dos edifícios ou com o reforço do parque habitacional público, que contará com o maior investimento de sempre da nossa democracia.

Dois documentos que, olhando apenas o seu conteúdo relacionado com o tema que aqui nos trouxe, prometem revolucionar a mobilidade em Portugal e que todos acreditamos terem condições para ser concretizados, independentemente dos governos e dos ministros que estejam à frente das pastas na próxima década.

Portugal precisa que estes investimentos se façam efetivamente, que saiam do papel. Deles depende o nosso futuro como povo. Deles depende a nossa ligação à Europa. Deles depende também a competitividade das nossas empresas e a coesão do nosso território.

Sim, coesão do nosso território, porque muitas vezes se confunde mobilidade com mobilidade urbana, mas mobilidade sustentável é muito mais do que mobilidade urbana. O acesso à mobilidade não se pode ficar assim pelas grandes metrópoles. Se é certo que os problemas de mobilidade são mais evidentes em Lisboa e no Porto, onde a concentração de pessoas e de serviços é maior, sabemos bem que muitas vezes tem mais dificuldade de mobilidade um cidadão que vive em Unhais da Serra ou em Ferreira do Alentejo, do que aquele que está nos arredores das grandes cidades. Porque nas zonas mais rurais o problema não é o trânsito, mas a falta de oferta de transportes públicos, já que são territórios que têm ficado para trás ao longo das últimas décadas.

Caras e caros amigos,

Deixem-me dar-vos algumas notas sobre o PNI2030, um documento amplamente divulgado e participado, desde logo tendo procurado o maior consenso possível na AR.

O Programa Nacional de Investimentos 2030, inclui os investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década e assenta em 3 objetivos estratégicos:

- o Coesão, através do reforço da conectividade dos territórios e da atividade económica, valorizando o capital natural;
- o Competitividade e inovação, com a melhoria das condições estruturais do território nacional
- o Sustentabilidade e ação climática, através da descarbonização da economia e da transição energética

Trata-se de um plano que incorpora investimentos num montante superior a 42 mil Milhões de Euros, cujo financiamento terá diversas fontes.

Às áreas de interesse, razão de ser desta conferência, ou seja, ao setor dos Transportes e Mobilidade, ficam alocados cerca de 50% do total do investimento previsto, ou seja aproximadamente de 21 mil Milhões de Euros.

Dentro deste setor, os projectos da área Ferroviária são os que consomem a maior fatia, com cerca de 50% do valor total, ou seja, consomem cerca de 10 mil Milhões de euros.

Não menos relevante, estão ainda neste pacote de investimentos o desenvolvimento das Redes de Metro e Sistema de Transportes em Sítio Próprio nas Áreas Metropolitanas, bem assim como a Promoção da Mobilidade Elétrica.

Minhas senhoras e meus senhores,

Com o PRR e o PNI 2030, o Governo teve em mente dotar o país de infraestruturas mais resilientes, mais sustentáveis e mais acessíveis a todos.

Na ferrovia, propõe-se fazer um investimento sem precedentes no último século, não só ao nível da infraestrutura, mas também do material circulante.

Propõe-se concluir a eletrificação da nossa rede ferroviária, dando continuidade ao programa Ferrovia 2020, já em curso e em avançado estado de desenvolvimento. Neste programa, no âmbito dos compromissos europeus e da nossa integração do Corredor Atlântico, estamos a dotar a nossa rede de interligação com a Europa, de condições para a sua interoperabilidade, em absoluta articulação com as entidades reguladoras das redes Transeuropeias de Transportes e com as entidades gestoras dos programas de financiamento. Para esta interoperabilidade concorrem, não só a eletrificação das linhas ferroviárias, mas também a instalação de um sistema de sinalização normalizado, europeu e interoperável, e ainda a adaptação da infraestrutura para comboios de mercadorias de 750m.

Mas para lá da imprescindível modernização da rede existente, dado o seu muito degradado estado, fruto de muitos os anos de abandono deste tipo de infraestruturas, é também chegada a hora de novos investimentos. Investimentos que transformarão de forma única e muito relevante a mobilidade dentro e entre as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Investimentos que reforçarão a coesão territorial, procurando levar a ferrovia

a todas as capitais de distrito; e investimentos que permitirão intensificar a integração da economia ibérica, através do reforço de ligações ferroviárias transfronteiriças, de que é exemplo a aposta na ligação em alta velocidade entre Porto e Vigo.

Como exemplos muito concretos dos investimentos que propomos temos a construção da Nova Linha Porto-Lisboa - que permitirá no futuro fazer essa viagem num tempo estimado de 1h15 minutos ou, noutra perspetiva, colocar Lisboa e Leiria ou Porto e Coimbra a 30 minutos de distância.

Mas não vale a pena investirmos em linhas, se não tivermos comboios. O Governo já anunciou a aquisição de 117 automotoras elétricas para todas as categorias de serviço ferroviário, nomeadamente os serviços urbanos e para os serviços regionais, concurso que sairá muito, muito em breve. A maioria deste novo material servirá para substituição de material circulante com muitas décadas que ainda circula, mas também para reforçar a oferta nos serviços mais sobrelotados.

A centralidade ecológica do transporte ferroviário é evidente. 2021 está a ser o Ano Europeu da Ferrovia e todos sabemos que o comboio é o transporte coletivo mais eficiente, mais sustentável económica e ecologicamente para viagens de curto e médio curso. Não podemos no entanto esquecer que a mobilidade que queremos no futuro tem de ser assente em redes multimodais e é por isso que estes investimentos devem combinar vários modos de transporte, do comboio que nos permita chegar de Lisboa ao Porto em pouco mais de uma hora, ao metro que nos transporte de forma rápida e eficiente dentro dos centros urbanos, a todos os outros modos que fazem parte do ecossistema de mobilidade e que permitem as chamadas *last miles*. O sistema só funciona se todas as peças existirem e funcionarem de forma integrada e eficiente.

Falei-vos de investimentos. Mas estando numa conferência promovida pela AMT não posso deixar de fazer uma referência a mais um dos processos transformadores que protagonizamos em 2020. Foi de facto em 2020 que, pela primeira vez na sua história, a CP passou a ter um contrato de Serviço Público com o Estado. Um contrato que foi objecto de parecer por parte da AMT e que

confere uma transparência e uma normalidade ao serviço público de transporte público ferroviário como nunca existiu. É bom para o Estado, enquanto instrumento clarificador do tipo de serviço público que este mesmo estado quer que seja prestado. E é bom para a empresa CP, que passa a saber de forma clara as suas obrigações, bem como as regras e as condições em que tem de operar. Mas é antes de tudo, bom para os cidadãos, que fruto desta nova normalidade podem ter acesso a melhor e mais regular serviço público de transportes.

Minhas senhoras e meus senhores,

A ambição e vontade de fazer é algo que não pode faltar a este ou a qualquer outro governo, nomeadamente em matéria de mobilidade. E os investimentos que importa fazer têm de ter em mente o mesmo objetivo: aproximar as pessoas, aproximar os territórios, garantindo qualidade de vida aos nossos cidadãos, seja em Lisboa, no Porto, em Faro ou em Bragança e proporcionando a melhoria das condições de operação das nossas empresas, o que permitirá aumentar a sua tão necessária competitividade económica.

Votos de uma conferência muito proveitosa, o que por certo acontecerá!

Obrigado,

Lisboa, 09 de dezembro de 2020